CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1794/83
INTERESSADO : FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS
DE PENÁPOLIS.
ASSUNTO : CONSULTA SOBRE O PARECER CEE Nº 185/83
RELATOR : ALPÍNOLO LOPES CASALI
PARECER CEE 1687 /83 - Cons. Pleno Aprovado em 16/11/83

I - HISTÓRICO :

O Conselho Estadual de Educação, pelo Parecer CEE nº 185/83, estabeleceu que, a partir de 1984, os alunos dependentes estariam obrigatoriamente sujeitos à freqüência, em qualquer hipótese, além das demais exigências conhecidas notoriamente.

Em ofício ao Conselho Estadual de Educação, diz a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis que, pelo seu regimento, os alunos dependentes estiveram desobrigados da freqüência, quando a insuficiência desta for a causa da reprovação.

Adianta que, cumprindo o Parecer CEE nº 185/83, encaminhou ao Conselho o pedido de alteração regimental.

Consulta, porém, ao Conselho se poderá continuar a aplicar aquela regra regimental aos alunos atualmente matriculados, ou seja, no ano letivo de 1983, até a conclusão dos estudos.

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau deu resposta negativa, havendo, porém, um voto favorável à Faculdade. Precisamente, o do Relator deste parecer.

Em discussão e votação no Plenário, o voto vencido se tornou vencedor contra os votos dos nobres Conselheiros Abib Salim Cury, Célio Benevides de Carvalho, Jessen Vidal, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Roberto Vicente Calheiros e Sólon Borges dos Reis.

Fomos designado para redigir o parecer, como afinal, aprovado.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

A matrícula, com dependência em até duas disciplinas e não mais, caracteriza as escolas com período letivo anual e regime seriado.

O Conselho Estadual de Educação admitiu, mais de uma década, que os estabelecimentos isolados de ensino superior municipais, funcionando naquele regime, inserissem, em seus regimentos, norma concessiva da dispensa, de freqüência obrigatória a alunos dependentes, quando a causa da reprovação não tenha sido a falta de freqüência às aulas, por disciplina, na forma prevista no regimento. Portanto, por exclusão, reprovado por aproveitamento escolar, alcançada porém a freqüência regimental, o aluno estaria desobrigado de nova freqüência às aulas.

Feita a abstração de direitos adquiridos, por que simplesmente não os há, não se tem, por equidade, como impeditiva a aplicação daquela regra regimental decenária aos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, regularmente matriculados em seus cursos até o ano letivo de 1983.

Acrescente-se, por razões pedagógicas, que as disciplinas sujeitas à dependência, até o número de duas, não devem ser pré-requisitos de componentes curriculares da série em que ocorrer a matrícula.

A freqüência obrigatória, nos casos de insuficiência de aproveitamento escolar e de freqüência, em conjunto ou separadamente, será aplicável apenas aos novos alunos que se matricularem no ano letivo de 1984 em diante, pela via do concurso vestibular, pela da transferência ou qualquer outra.

III - CONCLUSÃO :

Responde-se, nos termos deste Parecer, a consulta da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis sobre a aplicação do Parecer CEE nº 185/83

Sala Carlos Pasquale, 09 de novembro de 1983.

a) Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI

R E L A T O R

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, o Voto do Relator,

O Parecer primitivo, da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, de autoria do Conselheiro Jessen Vidal, foi rejeitado pelo Plenário, transformando-se em Declaração de Voto.

Foram Votos Vencidos os Conselheiros: Abib Salim Cury, Célio Benevides de Carvallio, Jessen Vidal, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Roberto Vicente Calheiros e Sólon Borges dos Reis.

Sala "Carlos Pasquale", em 16 de novembro de 1983.

a) CONS^a MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA

Vice-Presidente, no
exercício da Presidência.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE VOTO

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis após encaminhar a este Conselho alteração de seu Regimento (Of. nº56/83), cumprimento ao que estabelece o Parecer nº 185/83 da lavra do nobre Conselheiro Eurípedes Malavolta, vem a este CEE consultar sobre:

1. Os alunos no momento matriculados no estabelecimento estarão sujeitos à freqüência?
2. Em caso positivo não estariam os mesmos sendo atingidos em direitos adquiridos, eis que iniciaram o curso dentro do regimento em vigor que os desobriga da freqüência quando a causa da dependência não for insuficiência da mesma no curso regular ? (Artigo 103-Parágrafo único do Regimento em vigor).

Para melhor elucidar o problema em pauta, passo a transcrever parte da "Fundamentação" do Parecer 185/83, aprovado por este Conselho em 17/02/83.

"A avaliação de todos os alunos deve obedecer aos mesmos princípios doutrinários e legais. Assim, se o aluno, em geral, deve ser avaliado mediante a observação e a aferição contínua do Professor, não há como disso excetuar-se o aluno dependente.

Lembrou mais, in verbis:

"Apreciando problema da mesma natureza, o nobre Cons^o Alpínolo Lopes Casali, em Parecer CEE nº 813/80, observa, com razão, que a "lei nº 5540, de 1968, como assim fizera a Lei nº 4.024, de 1961, dispõe, no art. 29, ser obrigatória a freqüência no ensino superior."

E prossegue o respeitável Parecer: "Não exigiu, porém, a freqüência máxima, por isso no § 4º do art. 29, a Lei reza que será considerado reprovado o aluno que deixar de comparecer a um mínimo, previsto em estatuto ou regimento, das atividades programadas para cada disciplina".

Adiante esclarece: "O Conselho Federal de Educação foi além: - não dispensou os alunos de freqüência nas disciplinas em que eram dependentes."

Em abono de sua tese, cita dois Pareceres do Colegiado Federal.

1. "... O regimento não pode tornar facultativa a freqüência dos alunos no caso de dependência. Uma das vantagens do sistema de matrícula por disciplina é obviar essa dificuldade" (Parecer CEE nº 759/73), Cons. Newton Sucupira, "Documenta", nº 150/143).

2. A freqüência é obrigatória também nas disciplinas em que o aluno seja dependente. Não é possível exigir apenas 25% (Parecer CFE nº 716/71), Cons^a Nair Fortes Abu-Merhy, "Documenta" nº 131/117)".

Como servê há motivos suficientes para que a orientação firmada pelo Conselho Estadual de Educação seja ratificada para obedecer ao Conselho Federal de Educação - se mais razões não houvesse.

Dê-se conhecimento do presente Parecer aos Institutos isolados de Ensino Superior; Municipais do sistema para que, desde logo, promovam as modificações necessárias ao seu Regimento a fim de que em 1984 cumpram o que aqui se decidiu.

Como se pode observar, o parecer estabelece como data de sua vigência, o ano de 1984, deixando implícito sua aplicação para todo corpo discente em atividades escolares. Lembra ainda o parecer que no seu cumprimento não se estará fazendo nada mais do que atender o que já havia sido estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, decisão da qual nenhum estabelecimento de ensino superior pode afirmar desconhecer.

Responda-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis nos termos deste Parecer.

São Paulo, 15 de setembro de 1983

Consº Jessen Vidal